



Estudo-diagnóstico

A Educação para a Cidadania Global
e as Juventudes Partidárias:
o caso do Concelho de Loures

Realizado por:

Centro de Estudos Internacionais do ISCTE-IUL

Maria Antónia Barreto (Coordenadora)

Joana Branco Lopes (Investigadora)

Entidade Promotora: AIDGLOBAL –

Acção e Integração para o Desenvolvimento Global

Revisão linguística: M. Antonieta Pires

Ano: 2017

Promotor:



Cofinanciador:



Parceiros:



// Índice

Introdução	4
Educação para o Desenvolvimento e Educação para a Cidadania Global	8
Participação Política nas Juventudes Partidárias	21
Programas Políticos e Cidadania Global	27
Juventudes Partidárias e Cidadania Global à escala local: o caso de Loures	36
Conclusões e Recomendações	46
Referências Bibliográficas	52
Anexo	60

// Introdução

O estudo-diagnóstico "A Educação para a Cidadania Global e as Juventudes Partidárias: o caso do Concelho de Loures", da responsabilidade do Centro de Estudos Internacionais do ISCTE-IUL (CEI-IUL), insere-se nas atividades previstas no projeto "Jovens na Política - Participar para a Cidadania Global", promovido pela AIDGLOBAL - Acção e Integração para o Desenvolvimento Global, cofinanciado pelo Camões - Instituto da Língua e da Cooperação, I.P., em parceria com o Centro de Estudos Internacionais do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, o Instituto Português do Desporto e Juventude, o Conselho Nacional da Juventude e a Federação Nacional de Associações Juvenis (FNAJ).

Para o desenvolvimento deste projeto, a AIDGLOBAL partiu da premissa de que existe uma baixa taxa de envolvimento dos cidadãos portugueses nas questões do desenvolvimento, o que demonstra a necessidade de intervenção no campo da Educação para o Desenvolvimento (ED). Esta baixa taxa de envolvimento global traduz-se, em parte, na ausência de ações específicas por parte dos partidos políticos, nomeadamente das suas estruturas de juventude. Na verdade, apesar de existir um consenso entre os partidos com representação parlamentar relativamente à importância da cooperação e da educação para o desenvolvimento, estas temáticas não parecem estar num patamar elevado de prioridades, sejam elas governativas ou parlamentares.

Através da elaboração do presente estudo, a AIDGLOBAL e o CEI-IUL procuraram consolidar o conhecimento relativamente ao eixo Juventudes Partidárias/Educação para o Desenvolvimento (ED) e Educação para a Cidadania Global (ECG), nomeadamente identificando as perspetivas dos jovens militantes de organizações políticas sobre a cidadania global bem como as potencialidades de ligação das prioridades da ED e da ECG com as prioridades programáticas das juventudes partidárias, com o intuito de utilizar as principais conclusões no seu trabalho de sensibilização para os temas da Educação para o Desenvolvimento.

Para ir ao encontro dos objetivos do projeto e procurando analisar a realidade e daí retirar conclusões úteis, tentou-se compreender, essencialmente, qual o contributo das juventudes partidárias na promoção e implementação da Educação para o Desenvolvimento, a nível local. Procurou-se responder às seguintes questões: Qual a importância atribuída às prioridades e preocupações da ED por parte das juventudes partidárias? Qual o seu conhecimento relativamente a essas mesmas prioridades, nomeadamente à escala local — tendo como estudo de caso o Concelho de Loures? Qual o nível de envolvimento e atuação dessas instituições nas temáticas que a ED aborda? Em que medida as juventudes partidárias se assumem enquanto atores de ED? Qual a prioridade por elas dada às problemáticas da ED, enquanto estruturas de formação de dirigentes? Estarão as juventudes partidárias a formar líderes políticos capazes de responder aos desafios do desenvolvimento global?

Em linha de conta com as especificidades do projeto promovido pela AIDGLOBAL, o presente estudo focou-se no caso do Concelho de Loures. A equipa de investigação definiu que, dadas as limitações temporais para a realização do estudo, as metodologias privilegiadas seriam a

recolha e a análise documental das moções estratégicas globais e das linhas programáticas das juventudes partidárias bem como entrevistas semi-estruturadas a todas as juventudes partidárias com assento no Conselho Municipal de Juventude (CMJ) do Município de Loures. Através da coordenação do projeto da AIDGLOBAL, a equipa de investigação procurou entrevistar os diferentes representantes das alas jovens dos partidos presentes no CMJ, processo que se revelou consideravelmente difícil, prejudicando o normal desenrolar do estudo. Por ausência de disponibilidade e/ou interesse da Juventude Comunista Portuguesa, da Ecolojovem, dos Jovens do Bloco e do PCTP/MRPP, apenas foi possível entrevistar os representantes da Juventude Social-Democrata, da Juventude Socialista e da Juventude Popular. Foram consideradas seis estruturas no que se refere à análise documental das moções estratégicas e das linhas programáticas.

Considerando diferentes documentos programáticos das diversas juventudes partidárias, e a partir da análise das respostas às entrevistas realizadas, concluiu-se que essas estruturas políticas juvenis tendem a assumir uma perspetiva essencialmente nacional das prioridades políticas, embora todas elas demonstrem sensibilidade para desafios que são globais. Não foi possível detetar qualquer menção ao reconhecimento da importância da Educação para o Desenvolvimento e para a Cidadania Global nem tão pouco qualquer referência à agenda global dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), embora todas elas refiram desafios contemporâneos listados nessa mesma agenda, designadamente a educação, o emprego e o ambiente, entre outros.

No final do presente estudo-diagnóstico, é possível encontrar diversas recomendações que se destinam às juventudes partidárias e às organizações da sociedade civil, e outras entidades que com elas se relacionam.

Essas pistas poderão ser facilmente complementadas a partir da experiência individual ou de uma organização. Para isso, basta que partilhem da vontade de tornar a ED e a ECG em conceitos e práticas mais presentes no dia-a-dia de qualquer pessoa.

Conceitos-Chave: Educação para o Desenvolvimento, Educação para a Cidadania Global, Participação Política, Juventudes Partidárias, Loures.

// Educação para o Desenvolvimento e Educação para a Cidadania Global

A necessidade do fortalecimento de uma parceria global para o desenvolvimento que enfrentasse os desafios da globalização trouxe novas exigências à cidadania, nomeadamente no que respeita às questões da cooperação e do desenvolvimento. Em Portugal, em colaboração com o Estado, através do Camões - Instituto da Língua e da Cooperação, I.P., ao nível da sociedade civil, foram e continuam a ser as Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento (ONGD) aquelas que mais têm levado essas questões aos cidadãos, através de uma das suas áreas prioritárias de intervenção: a Educação para o Desenvolvimento (ED).

Em 2006, segundo a Plataforma Portuguesa das Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento em “Cooperação para o Desenvolvimento e a Opinião Pública em Portugal”, no nosso país, 56,74% da população não conhecia a política portuguesa de cooperação. Em 2017, o Eurobarómetro Especial 455 — Cidadãos da UE e ajuda ao desenvolvimento, constata que “os inquiridos em Portugal têm uma atitude muito positiva em relação às questões de desenvolvimento. A título de exemplo, quase todos concordam que é importante ajudar pessoas de países em desenvolvimento (96%). Ainda na mesma publicação, fica a saber-se que mais de três quartos dizem pensar que o combate à pobreza nos países em desenvolvimento deveria ser uma das principais priori-

dades da UE (76%), enquanto que 51% considera que ela devia ser uma das principais prioridades do seu governo nacional. Oito em cada dez auscultados em Portugal dizem que conceder ajuda financeira a países em desenvolvimento é uma forma eficaz de combater a pobreza (80%). A maioria entende que as despesas com ajuda financeira a países em desenvolvimento deveria manter-se nos níveis atuais (58%) ou aumentar (23%). Apenas 8% acha que deveria diminuir. Sete em dez crê que as ações da UE e dos estados-membros são eficazes para ajudar a reduzir a pobreza nos países em desenvolvimento (70%). Mais de seis em cada dez inquiridos em Portugal concordam com a ideia de que, como indivíduos conscientes, podem desempenhar um papel no combate à pobreza nos países em desenvolvimento (63%) e a mesma proporção considera que o empenho individual pode ser eficaz para ajudar a reduzir-lhes a pobreza (63%). Quase quatro em cada dez que responderam afirmam estar pessoalmente envolvidos na ajuda aos países em desenvolvimento (39%), sendo que, desde 2015, Portugal registou o maior aumento na proporção dos que admitem doar dinheiro a uma organização envolvida na ajuda a esses países. Quase metade de todos os respondentes em Portugal têm conhecimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (47%), o que representa um aumento de 14 pontos percentuais na sensibilização, desde 2015, ano da conclusão da agenda do milénio.

Assumindo a Educação enquanto processo de aprendizagem ao longo da vida que mantém “a unidade dialética entre ensinar e aprender” (Freire, 1977, p. 17) e o Desenvolvimento enquanto “um processo de alargamento das liberdades reais de que uma pessoa goza” (Sen, 1999, p. 19), considera-se que a Educação para o Desenvolvimento vai buscar a estes dois conceitos a sua força transformadora e crítica, em prol de um mundo que garanta direitos e liberdades a todos os seres humanos. No

entanto, também neste caso, o total é maior do que a soma de todas as partes: para além dos conceitos tradicionais, a ED assume para si o desígnio da atualização constante dos conceitos e das práticas, seguindo o rumo do mundo e a complexidade das suas dinâmicas, debruçando-se sobre as consequências do risco da modernização reflexiva que, na forma como são entendidos e experimentados nas sociedades atuais, não têm em consideração nem a posição social nem as fronteiras geográficas, "doendo a todos", pobres e ricos, europeus ou africanos (Beck, 1992). A ED pressupõe, ainda, que "todo o saber deve ser construído, deve ser descoberto no processo de compreensão e transformação do mundo" (Freire, 1977, p. 29), chamando os cidadãos a intervirem e a assumirem novos espaços de cidadania.

É sabido que, nos dias de hoje, não é possível falar em ED sem referir o fenómeno da globalização e dos riscos associados. Como refere Giddens (2000), ela passou a influenciar aspetos íntimos da vida das pessoas e a fazer parte do seu dia-a-dia e, sobretudo, se se tiver em conta as suas consequências mais negativas, como evidencia Boaventura Sousa Santos (2001, p. 32) quando refere as "desigualdades existentes entre países ricos e países pobres e, no interior de cada país, entre ricos e pobres, a sobrepopulação, a catástrofe ambiental, os conflitos étnicos, a migração internacional massiva, a emergência de novos Estados e a falência ou implosão de outros, a proliferação de guerras civis, o crime globalmente organizado, a democracia formal como condição política para a assistência internacional, etc."

Ao assumir-se enquanto educação que se debruça sobre as consequências da globalização e as assimetrias e interdependências mundiais, a ED segue o percurso do mundo e evolui com ele. É, pois, este carácter dinâ-

mico, que lhe exige uma atualização constante dos conteúdos e das práticas, bem como a sua relação estreita aos paradigmas do Desenvolvimento, que nos permite reivindicar a ED como uma estratégia de cooperação imprescindível.

Desta forma, pode começar-se por afirmar que “A Educação para o Desenvolvimento se refere a um processo educativo que pretende gerar consciência crítica sobre a realidade mundial e facilitar ferramentas para a participação e a transformação social com base na justiça e na solidariedade. A Educação para o Desenvolvimento pretende construir uma cidadania global crítica, politicamente ativa e socialmente comprometida com um desenvolvimento humano justo e equitativo para todas as comunidades do planeta (Celorio e Munain, s/d, p. 124)”.

Apesar de todos os esforços desenvolvidos em torno da discussão do conceito de ED, os consensos continuam por chegar no que respeita à sua sistematização. Contudo, não é possível perceber o que a ED representa, concetual, política e socialmente, nas suas diferentes fases, sem entender a sua evolução integrada nas mudanças que a História permite contar.

Esta breve remissão histórica segue os escritos de Mesa (2005) que explica a evolução da ED utilizando a tipologia de gerações das Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento (ONGD), podendo as mesmas conter, em si próprias, características de outra geração, anterior ou posterior, embora cada uma renove os seus discursos e práticas.

Os cinco estádios evidenciados são os seguintes:

a) Abordagem Caritativa-Assistencialista;

A ED tem por base ética e política o princípio da solidariedade internacional. Com as várias mudanças ocorridas nas sociedades pós Segunda Guerra Mundial, as desigualdades entre o "Primeiro Mundo" e o "Terceiro Mundo" tornaram-se cada vez mais gritantes. Os processos de descolonização do pós-guerra e as campanhas humanitárias serviram de cenário ao estádio primeiro da ED e de impulso à criação de um elo de ajuda entre países industrializados e países em desenvolvimento. O sentimento de "culpa" das sociedades colonizadoras e os valores religiosos de piedade e compaixão pelos mais desprotegidos deram origem a ações e campanhas de angariação de fundos dirigidas à população "rica", promovidas, nomeadamente por Organizações Não Governamentais (ONG), na sua maioria religiosas, com o objetivo de prestar auxílio aos países "pobres". Esta tendência, que sublinha que a ajuda do Norte, é a solução para o subdesenvolvimento, ignorando os processos e esforços locais, revela uma clara noção eurocêntrica das relações Norte-Sul.

b) Abordagem Pró-desenvolvimentista;

A segunda geração caracteriza-se por uma abordagem pró-desenvolvimentista e pela emergência da Educação para o Desenvolvimento. É nesta altura, durante os anos sessenta, que a ED se estabelece enquanto tal, através de atividades de informação relacionadas com os projetos das ONGD e os esforços das comunidades para serem responsáveis pelo seu próprio desenvolvimento. É também por esta altura que se assinala a "Primeira Década das Nações Unidas para o Desenvolvimento" e que se institucionaliza a Ajuda Oficial ao Desenvolvimento.

c) Abordagem Crítica;

As limitações da abordagem anterior, que visava sobretudo a transferência de saberes do Ocidente industrializado para os países pobres resol-

vendo os problemas causados pela sua ignorância, foram ultrapassadas por uma abordagem crítica assente na solidariedade. Gradualmente, as meras descrições da miséria nos países do então chamado “Terceiro Mundo” foram sendo substituídas por análises aprofundadas sobre as causas e as consequências do “desenvolvimento” e do “subdesenvolvimento”.

d) Abordagem do Desenvolvimento Humano e Sustentável;

Após os resultados negativos da primeira década do desenvolvimento, a então denominada “Segunda Década do Desenvolvimento” das Nações Unidas (1969-1979) veio colocar, de forma clara, a existência de “norte” no Sul e de “sul” no Norte. Questiona-se uma visão simplista, tornando mais clara a ideia de interdependência. A Assembleia Geral da UNESCO aprovou uma recomendação sobre a educação para o entendimento, a cooperação e a paz internacionais e a educação para os direitos humanos e as liberdades fundamentais (UNESCO, 1974). Surge, assim, um novo cenário para a ED, caracterizado por abordagens mais críticas e uma maior consciência sobre a responsabilidade histórica do Norte. Pedagogos como Paulo Freire – com a sua perspectiva de educação como fator de transformação social e enquanto prática da liberdade (Freire, 1969) — incluíram estas questões e ofereceram propostas educativas e metodológicas inovadoras.

Nos anos oitenta, inicia-se a quarta geração da ED com a integração da Educação para o Desenvolvimento Sustentável e Humano. Com um mundo bipolarizado, esta época ficou marcada pela “crise do desenvolvimento” e pela necessidade de encontrar soluções mais humanas para os problemas da nova ordem mundial. Os países do Sul, devido às suas dívidas externas e à fome, perdem oportunidades nesta década (“Lost

Decade”), resumindo-se à luta pela sobrevivência e aos conflitos armados regionais. As dinâmicas que se opunham a esta situação trouxeram a motivação e o enquadramento necessários para a ED incluir novos temas globais como a paz e o conflito, a democracia e os direitos humanos, as migrações, o género, estabelecendo-se um processo convergente entre a ED e outras “Educações para...”. Os limites do crescimento e as consequências ambientais daí advindas deram origem ao conceito de “Desenvolvimento Sustentável”. Na sua definição mais divulgada, expressa no Relatório Brundtland “O Nosso Futuro Comum”, o Desenvolvimento Sustentável é o desenvolvimento que vai ao encontro das “necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades” (WCED, 1987, p. 24). Esta é, portanto, uma visão do desenvolvimento diametralmente diferente da preconizada até aí que colocava no crescimento económico a centralidade do desenvolvimento das sociedades. O desenvolvimento sustentável constitui, assim, parte de uma alteração paradigmática na forma como as sociedades encaram o seu desenvolvimento.

O conceito de Sustentabilidade foi de imediato integrado pela ED, em linha com as prioridades que viriam a ser definidas por 189 países membros da ONU em 2000 — os 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milénio — , dando-lhe uma nova visão que a relaciona ainda mais com as questões do desenvolvimento. A partir desta altura, os processos educativos para o desenvolvimento sustentável foram sendo institucionalizados, sobretudo já no novo milénio, pelas Nações Unidas, através da institucionalização da Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável, entre 2005 e 2014.

Ainda no seguimento da adoção do conceito de Desenvolvimento Sustentável, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, com os contributos dos economistas Amartya Sen e Mahbub ul Haq, propõe uma nova forma de entender o desenvolvimento – o Desenvolvimento Humano, enquanto processo baseado no aumento das escolhas das pessoas que lhes permita levar uma vida longa e saudável, adquirir conhecimento e ter acesso aos recursos necessários para um nível de vida digno (P.N.U.D., 1990).

e) Abordagem da Educação para Cidadania Global.

Com a crescente compreensão da globalização e a interdependência entre problemas macro e micro bem como entre o Norte e o Sul, a perspectiva “glocal” de desenvolvimento tornou-se cada vez mais presente na ED, que passa a assumir-se como uma disciplina que integra outros fenómenos globais para além da dimensão Norte-Sul. Dá-se, assim, um passo para a quinta geração da ED, a geração da Educação para a Cidadania Global (Mesa, 2005, p. 15), em que as ONGD portuguesas e europeias se detêm, ainda hoje, no debate em torno dos conceitos, devido à proximidade entre a ED e a ECG.

Nesta abordagem, as mudanças mais significativas na ED ocorreram ao nível das estratégias de intervenção, tendo elas assumido um carácter político cada vez maior, através de campanhas de lóbi e *advocacy*. Ainda segundo Mesa (2005), esta crescente dimensão política traduziu-se na criação de sinergias entre investigação, mobilização social, ação sociopolítica e Educação para o Desenvolvimento, à medida que a internet e as redes facilitavam a comunicação entre diferentes atores. A partir daqui, são as próprias ONG do Sul que pressionam as ONG do Norte para abandonarem os seus projetos e apostarem em atividades de lóbi, pas-

sando-lhes a ser solicitada uma ação política mais assertiva, de forma a alterarem as políticas de desenvolvimento, nomeadamente no que diz respeito à dívida externa, à Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) e ao comércio internacional.

É, assim, pedido às ONG que atuem com uma agenda comum e em redes nacionais, regionais e globais, embora com responsabilidades diferentes: as ONG do Sul deverão orientar-se para a mobilização e *empowerment* dos mais pobres e excluídos, e as ONG do Norte deverão focar-se em campanhas de lóbi político com o intuito de modificar o modelo de "mau desenvolvimento" e as políticas dos países industrializados que tendem a perpetuar relações injustas entre o Norte e o Sul (Mesa, 2005, p. 18). Também os métodos educativos e de *awareness raising* modificam-se, passando a fazer-se um uso cada vez mais generalizado dos novos média e da cultura de massas para passar mensagens políticas e de solidariedade internacional.

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (2000-2015) foram, porventura, a grande oportunidade para se experimentarem as novas estratégias e práticas assumidas nesta 5ª geração. Contudo, e apesar de todos os esforços efetuados pelos Estados e pela sociedade civil, em 2015, foi clara a frustração face ao distanciamento das metas a que os países da ONU se haviam comprometido. A 1 de janeiro de 2016, e em mais um processo que pareceu demonstrar falta de rigor pelos compromissos assumidos anteriormente, assinou-se uma nova declaração: aquela que define 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que o mundo, na sua globalidade e num reconhecimento claro da existência de "suis" no Norte e de "nortes" no Sul, deverá alcançar até 2030.

Consequentemente, é a esta nova agenda dos ODS que a ECG terá de dedicar-se nos próximos anos, na qual lhe é reconhecida a importância e atribuído lugar no ODS 4 - Educação de Qualidade: "até 2030, garantir que todos os alunos adquiram os conhecimentos e as competências necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de género, promoção de uma cultura de paz e da não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável" (UNRIC, 2017).

Em Portugal, a Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (ENED), implementada entre 2010 e 2015, está em fase final de avaliação para definição de novas linhas de ação. Embora essa informação não esteja ainda confirmada, prevê-se que a nova versão da ENED integre a recente agenda global e um enfoque cada vez maior na ECG que, segundo a UNESCO (2015), "visa equipar alunos de todas as idades com valores, conhecimentos e habilidades que sejam baseados e promovam o respeito aos direitos humanos, à justiça social, à diversidade, à igualdade de género e à sustentabilidade ambiental. (...) A ECG recorre à ajuda de muitas áreas relacionadas, como educação para os direitos humanos, educação para a paz e a educação para a compreensão internacional, e está alinhada aos objetivos da educação para o desenvolvimento sustentável (EDS)".

Para concluir, e a partir de diferentes definições semelhantes entre si, mas cada uma com os seus apontamentos diferenciadores e com base nas dimensões definidas pela Polygone (AAVV, 2003), pode assumir-se que:

- Na sua “dimensão pedagógica”, a ED é um processo de aprendizagem ativo, dinâmico e constante (DEEEP, 2004; Plataforma Portuguesa ONGD, 2002; IPAD, 2006);
- Na sua “dimensão ética”, a ED assenta em valores de solidariedade, equidade, inclusão, cooperação e justiça (DEEEP, 2004; Plataforma Portuguesa ONGD, 2002; IPAD, 2006);
- Na sua “dimensão política”, a ED 1) Promove a compreensão das causas e das consequências das interdependências e desigualdades mundiais (DEEEP, 2004; Plataforma Portuguesa ONGD, 2002; Consenso Europeu, 2007); 2) Sensibiliza, envolve e mobiliza os cidadãos mundiais em prol de um desenvolvimento humano e sustentável mais justo (DEEEP, 2004; Plataforma Portuguesa ONGD, 2002; IPAD, 2006); 3) Estimula uma cidadania global mais consciente, com maior potencial de ação transformadora e de influência das políticas nacionais e internacionais (DEEEP, 2004; Plataforma Portuguesa ONGD, 2002; IPAD, 2006).

A dimensão pedagógica da ED incute-lhe, invariavelmente, uma ligação quase natural à Escola. Independentemente de todos os esforços para trazer os conteúdos da ED para os currículos escolares, ela pressupõe um processo de aprendizagem nos três âmbitos educativos tradicionais: o formal, o não formal e o informal.

Na sua dimensão política, a ED promove a participação cidadã e assume-se como uma ferramenta que poderá fazer face ao risco das sociedades contemporâneas e que promove o fortalecimento democrático, na medida em que estimula uma responsabilidade coletiva – cada vez mais em rede — pela construção de um futuro mais justo. De acordo com Mesa, é de considerar que a 5ª geração da ED, a da Educação para a Cidadania Global, é a mais atual e a que reúne mais condições para dar

respostas à dimensão política, uma vez que coloca a pessoa no centro da ação educativa — não apenas para contribuir para a sua formação pessoal mas como forma de incentivar a ação coletiva —, encara a interculturalidade como marco de aprendizagem e intercâmbio cultural, considera a justiça social, a cooperação e os direitos humanos enquanto valores éticos primordiais e assume a cidadania já não apenas enquanto reunião de direitos e deveres de nacionalidade ou residência mas enquanto fundamento da sociedade global que necessita de desenvolver competências políticas que lhe permitam responder aos desafios complexos da globalização (Celorio e Munain, s/d).

Estará a ED a promover uma cidadania global, em que todas as pessoas se reconhecem como iguais e se preocupam com questões coletivas e agem sobre elas? Teoricamente sim, é o que nos diz a ENED, que explica que a ED permite:

- “Sensibilizar: partilhando informação e reflexões com as pessoas, questionando as situações vividas e conhecidas, fazendo crescer a vontade de mudar o que é injusto;
- Consciencializar, formar e mobilizar: levando as pessoas a assumir a sua própria situação, os seus limites e as suas possibilidades, bem como as dos restantes seres humanos permitindo-lhes avaliar estas situações com critérios de justiça e solidariedade, desenvolver visões, estratégias e propostas concretas de mudança e pô-las em prática, combatendo as injustiças;
- Influenciar as políticas: nomeadamente as políticas públicas, denunciando aquelas que sistemicamente originam ou perpetuam a pobreza, a exclusão e as desigualdades e propondo políticas concretas no domínio da ação do Estado, do setor privado e da sociedade civil, de modo a que promovam o bem comum à escala local e global.” (IPAD, 2009, p. 21)

Foi, assim, à luz deste enquadramento, que se procurou compreender em que medida as juventudes partidárias do município de Loures, nos espaços de educação não formal e informal, são, ou não, agentes de educação para a cidadania global junto dos jovens.

// Participação Política nas Juventudes Partidárias

Em Portugal, segundo o Retrato dos Jovens PORDATA 2017, existem 3 143 002 indivíduos com idades compreendidas entre os 0 e os 29 anos, o que equivale a 30,3 % da população. Sintra é o concelho com maior população desta faixa etária do país, seguindo-se Lisboa, que regista a maior quebra entre 2001 e 2015. Loures é o 6º Concelho com maior população entre os 15 e os 24 anos, perfazendo, em 2015, um total de 20 963. Esta é a primeira geração que utiliza plenamente a internet e que apresenta as mais altas taxas de qualificação de sempre.

É comum ouvir-se que a juventude não participa politicamente, mas essa não costuma ser a opinião de quem o faz ou de quem contacta mais proximamente com organizações juvenis. Segundo o relatório da Agência Executiva para a Educação, os Audiovisuais e a Cultura da Comissão Europeia denominado "A Participação Política e a Cidadania na União Europeia: perceções e comportamentos dos jovens" (2013), embora seja sabido que eles votam menos que as gerações anteriores, a conclusão a que é possível chegar, com base em diferentes estudos do Eurobarómetro, é que a sua participação política não está necessariamente em declínio, mas sim em transformação. Isto significa que, quando ela é avaliada, já não é possível ter apenas em linha de conta o participar em eleições, embora este tipo de atividade cívica continue a ser central nas sociedades democráticas. Existem outras formas de influência e ação política que a juventude, cada vez mais, parece preferir como, a título de exem-

plo, integrar manifestações, fazer greve, envolver-se num partido político, num sindicato ou numa associação, tomar parte em debates ao nível local ou na internet, assinar uma petição, entre outras.



Escolhas dos inquiridos quanto às duas melhores formas de assegurar que a sua voz é ouvida pelos decisores políticos (% para o grupo etário 15-24 anos, média da EU, 2012)

Fonte: EACEA, Comissão Europeia (2013). A Participação Política e a Cidadania na União Europeia: perceções e comportamentos dos jovens, p. 8.

O estudo, em Portugal, realizado pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa "Emprego, Mobilidade, Política e Lazer: Situações e Atitudes dos Jovens Portugueses numa Perspetiva Comparada", em 2015, que alargou o âmbito da pesquisa feita em 2008 por Magalhães e Moral em "Jovens e Política", ambos encomendados pela Presidência da

República, veio revelar uma tendência negativa de envolvimento dos jovens.

"Detenhamo-nos em primeiro lugar na pertença a partidos políticos, tendo em conta que estas organizações se distinguem de todas as restantes pelo facto de terem o quase monopólio da representação nas instituições políticas. Os valores de pertença a um partido exibidos entre os jovens e jovens adultos oscilam entre 1% e 2,7%. São valores objetivamente muito baixos. (...) Já no que diz respeito à participação cívica os mais jovens não se destacam particularmente: apenas pertencem mais do que a média nacional a grupos desportivos (10% os jovens vs. 5% de média nacional); e associações juvenis e estudantis (5,1% de jovens vs. 1,7% de média nacional). Já os jovens adultos entre os 25 e 34 anos figuram em maior número em comparação com a média nacional na pertença às seguintes associações: partidos políticos (2,7% vs. 2,1%), sindicatos (3,4% vs. 2,1%), associações ou ordens profissionais (4,3% vs. 2,6%), grupos desportivos (7,2% vs. 5,1%), grupos culturais ou de lazer (4,1% vs. 3,5%), e outros tipos de associações sem fins lucrativos (2,7% vs. 2,5%). Deste ponto de vista, detetamos diferenças importantes entre os jovens e os jovens adultos, que não eram tão evidentes em 2007."

A 9 de outubro de 2014, o jornal *i* noticiava que 108 mil jovens estavam inscritos num partido político, em Portugal. No nosso país, as instituições políticas de juventude existentes e com estruturas autónomas dos seus partidos são: a Ecolojovem —"Os Verdes", a Juventude Comunista Portuguesa (JCP), a Juventude Social-Democrata (JSD), a Juventude Socialista (JS) e a Juventude Popular (JP). Os militantes do Bloco de Esquerda têm uma estrutura coordenadora informal, não existindo autonomia face ao partido, pelo que, em conformidade com os Estatutos do Conselho

Nacional de Juventude, apenas os jovens do Bloco de Esquerda não estão representados nesta plataforma de representação política, embora, ao nível local, todas elas tenham legitimidade para participar nos Conselhos Municipais de Juventude (Lei n.º 6/2012, de 10/02). O Partido dos Animais e da Natureza, que detém um lugar no Parlamento Português, desde o final de 2015, não tem uma estrutura de representação juvenil.

Ainda na mesma notícia referida supracitada, a JSD era a juventude partidária com um maior número de militantes. "De acordo com os dados disponibilizados ao *i* por estas estruturas partidárias, os jovens socialdemocratas têm 53 235 filiados — quase metade do total dos jovens inscritos numa jota — , a Juventude Socialista tem 32 mil e a Juventude Popular (do CDS) ultrapassa os 18 mil militantes. Já a Juventude Comunista estimou cinco mil militantes no seu 10º Congresso, em Abril (...)."

A 3 de setembro de 2015, o Jornal de Notícias declarava que a Juventude Socialista era, então, a que tinha um maior número de militantes: "a Juventude Socialista, que representa o Partido Socialista, tem atualmente 34 mil militantes, face aos 25 mil militantes da Juventude Social-Democrata, do PSD, situação que, segundo Cristóvão Simão Ribeiro, se deve a uma atualização de militantes." (...) Ainda de acordo com esse jornal, os locais onde as estruturas conseguem angariar mais militantes são junto das associações de estudantes e associações juvenis, mas também nas universidades portuguesas, onde "decorre a maioria das ações de esclarecimento, até porque aí há uma maior sensibilização dos jovens que querem começar a ter uma participação política", segundo Duarte Alves da direção nacional da Juventude Comunista Portuguesa ao JN.

Na sua dissertação "As Juventudes Partidárias são uma Escola?", Ferreira

(2012: p. 61 e 62) concluiu que, entre 1991 e 2011, as juventudes partidárias tinham sido importantes na renovação e na substituição da elite parlamentar do Partido Socialista e do Partido Social Democrata. Na análise das legislaturas, verifica-se que as juventudes partidárias do PS e do PSD têm os seus órgãos nacionais e distritais, nos quais os seus dirigentes e líderes podem desenvolver competências políticas e um conjunto de contactos pessoais, que permitem o acesso às redes de recrutamento parlamentar.

Com a necessidade atual de os partidos políticos reunirem líderes cada vez mais especializados para ocuparem lugares de responsabilidade, as secções de juventude dos partidos políticos tiveram de acompanhar as transformações partidárias, facilitando a existência de um ambiente de desenvolvimento de competências. Ferreira (2012: 3) cita Bruter & Harrison (2009: 1285): "a necessidade de rejuvenescimento da imagem do partido perante a opinião pública deu origem a que estes incorporassem os jovens como parte integrante da sua estrutura, dando-lhes a oportunidade de serem recrutados para posições de elite dentro do partido . (...) O contato direto com funções de liderança em órgãos das organizações juvenis (Recchi, 1996: 344) permite que os jovens socializem politicamente e adquiram as competências necessárias para exercer funções como líderes, dirigentes ou deputados no universo partidário e político (Forbrig et al, 2005: 45-46, 83). (...) Além disso, a existência de um contexto de "networks" dentro das juventudes partidárias (Hooghe et al, 2004: 196), permite que os dirigentes vivenciem experiências comuns, formando amizades e redes de contacto que permanecem durante a carreira partidária (Recchi, 1996: 353, 355)."

Atualmente, em Portugal, Pedro Passos Coelho (Presidente do Partido Social Democrata e Ex-Primeiro-Ministro) e António Costa (Secretário-Geral do Partido Socialista e Primeiro-Ministro) são dois casos que ilustram a função de recrutamento das organizações juvenis dos seus partidos, ao nível da liderança.

A investigação realizada por André Freire sobre recrutamento parlamentar (Freire, 2001, p. 138) e a realidade atual, mostram, também, que as juventudes partidárias do Partido Socialista e do Partido Social Democrata têm assumido um papel no aparecimento da elite política em Portugal. No entanto, Manuel Braga da Cruz realizou uma investigação sobre “as juventudes partidárias dos principais partidos portugueses” (Cruz, 1990, p. 223) e concluiu que “desempenhar um cargo numa secção da juventude não é sinónimo de futuro recrutamento político e partidário” (Cruz, 1990, p. 225), indicando “um elevado nível de desistência, em relação à militância e à elite destas organizações” (Cruz, 1990, p. 225).

// Programas Políticos e Cidadania Global

Recorrendo à análise documental e à informação disponível na internet, com especial enfoque nas moções estratégicas dos dirigentes das juventudes partidárias ou nas linhas programáticas destas estruturas, procurou-se identificar quais as principais prioridades políticas, com particular atenção à agenda internacional, às questões do desenvolvimento, da cooperação e da cidadania global.

Ecolojovem - "Os Verdes"

A Ecolojovem atua com base no programa e nos objetivos do Partido Ecologista "Os Verdes", elaborando as suas orientações tendo em conta as especificidades da juventude.

Assumindo-se como uma organização de juventude ecologista, a principal preocupação desta estrutura prende-se com as questões ligadas ao ambiente - "Os jovens ecologistas trabalham e lutam por uma sociedade ecológica, equilibrada, sustentável e justa onde é possível concretizar os direitos e as aspirações juvenis. Na Ecolojovem está presente a ação comum e a solidariedade que unem a juventude contra a exploração, a opressão, o imperialismo, o racismo e a xenofobia, de modo a alcançar a preservação do meio ambiente, a paz, a democracia e o progresso social. O espírito de participação, de iniciativa, de afirmação e de responsabilidade individual e coletiva caracteriza os jovens ecologistas que recusam a passividade e o conformismo." (in www.osverdes.pt)

Com o objetivo de reforçar a ação ecologista e o movimento associativo, a Ecolojovem destaca o seu envolvimento no Conselho Nacional de Juventude e na Federação de Jovens Ecologistas Europeus.

Jovens do Bloco de Esquerda

Na V Conferência Nacional de Jovens do Bloco de Esquerda, realizada em 2015, as principais áreas em que incidiram as prioridades políticas foram: educação pública, emprego com direitos, direitos sociais (igualdade de género para os LGBT, drogas leves, violência, emancipação juvenil, habitação), ensino superior e investigação, ambiente e animais, e intensificação da formação política e ideológica com uma visão internacionalista — relação com movimentos congéneres.

Embora as prioridades políticas acima enumeradas tenham todas um cariz global, na moção "Vencer a Austeridade, Organizar Milhares de Jovens" apresentada, a perspetiva dada aos temas incidiu, essencialmente, no plano nacional. Ao referirem "Um bloco internacionalista e solidário com os povos", os jovens do Bloco mencionam a vitória da coligação política grega de Syriza e a situação vivida na Grécia e defendem a soberania dos povos — "(...) As regras pelas quais se tem regido a comunidade europeia foram pela primeira vez postas em causa e isso significou, para os gregos, a recuperação da esperança e da dignidade do seu povo. Sabemos todos e todo o difícil caminho que o Syriza tem pela frente, porque a relação de forças contínua desfavorável a todos os partidos que, como o Bloco, querem defender a soberania dos povos. (...) Acreditamos que a mudança não se deve limitar ao nosso país e defendemos, sempre, uma luta internacional!".

Para encontro e formação dos militantes, a juventude bloquista com-

promete-se a organizar acampamentos, fóruns, um Encontro Nacional de Ativistas, uma campanha nacional para o Ensino Secundário e outros momentos de debate.

Juventude Comunista Portuguesa (JCP)

O Projeto de Resolução Política levado ao 11º Congresso da JCP, em 2017, é bastante abrangente em relação aos temas tratados, sendo o documento mais longo e com maior número de prioridades definidas, quando comparado com os das outras estruturas partidárias, com especial enfoque na realidade da política portuguesa e na organização interna da juventude do partido.

As principais prioridades são: educação, ensino profissional, ensino superior, emprego, ciência, defesa nacional, associativismo jovem, segurança social, saúde, droga e toxicodependência, álcool, direitos sexuais e reprodutivos, luta contra todas as discriminações, ambiente, assimetrias regionais, habitação, transportes e mobilidade, emigração, cultura, desporto e atividade física, liberdades e direitos democráticos.

Embora estes temas tratados possam ser abordados numa perspetiva global, a JCP opta por se focar mais ao nível nacional. Contudo, demonstra igualmente uma forte preocupação com a solidariedade internacionalista, a luta pela Paz e contra a dominação hegemónica do imperialismo, que cruza com questões de política de cooperação internacional, numa perspetiva diferente daquela que é defendida pelas principais organizações internacionais — "A UE aprofundou o seu carácter militarista e agressivo, cimentando o seu papel como pilar europeu da NATO, estando presente em praticamente todas as zonas de desestabilização e

intervenção militar. (...) A situação com que se confrontam hoje milhares de refugiados e migrantes é tão só o resultado das políticas da UE e da NATO, e a outra face do processo de integração capitalista europeu. A propaganda de espaço de liberdade, solidariedade e respeito esbarra na cruel realidade da morte de milhares de pessoas todos os anos e na negação dos direitos mais básicos de seres humanos que procuram a entrada na UE." (JCP, Projeto de Resolução Política, 2017).

Do ponto de vista do envolvimento e formação dos militantes, a JCP apresenta, na sua moção, uma estrutura organizativa bastante sistematizada e aposta no jornal AGIT, na Festa do Avante, em campanhas de sensibilização e na participação em estruturas nacionais e internacionais de cooperação entre jovens.

Juventude Social-Democrata (JSD)

Na Moção de Estratégia Global 2016, "Direito ao Futuro", Simão Ribeiro prioriza a mobilidade social, a educação, o ensino superior e a ciência, o emprego e o crescimento económico, a saúde, a justiça, a segurança social, o papel do estado, a participação, a democracia e o sistema político, a coesão territorial e a organização da JSD, não havendo referências a matérias de política externa.

"A aposta na formação política é já uma marca da JSD. Não nos basta ter muitos militantes, queremos que eles sejam militantes informados, formados e convictos do que defendem. Nesse sentido este mandato será marcado por uma aposta ainda mais forte na formação política, com especial destaque para a componente autárquica."

Na Moção Estratégica Global anterior "Portugal nas Tuas Mãos", de 2014, Simão Ribeiro dava prioridade às mesmas questões nacionais. No entanto, dedicava um capítulo, que não voltou a ter lugar na moção de 2016, a Portugal e aos Portugueses na Europa e no Mundo e, na nota introdutória, referia que "Defendemos uma diplomacia assente na paz e na cooperação, mas que saiba o papel que tem do ponto de vista do desenvolvimento, bem como uma economia que saiba aproveitar esta nossa cultura de diálogo e de presença nos vários continentes." (JSD, 2014)

"O respeito pelos Direitos do Homem, a liberdade, a democratização, e a promoção de um Estado de Direito que assegure os direitos e as garantias são valores pelos quais a JSD irá continuar a pugnar internacionalmente. Trabalharemos com as organizações internacionais nas quais nos inserimos como o YEPP e a IYDU, garantindo que a social-democracia portuguesa tem uma voz ativa e pertinente nos trilhos europeus e globais, que não descuramos. Trabalharemos ainda a relação com os países da CPLP, em moldes em construção, por percebermos o potencial cultural e económico da Lusofonia." (JSD, 2014)

Juventude Socialista

Ivan Gonçalves, atual Secretário-geral da Juventude Socialista, apresentou no XX Congresso Nacional da Juventude Socialista, em dezembro de 2016, a sua Moção Global de Estratégia "Do Lado Certo da História — Por um Futuro com Direitos". Neste documento, as prioridades focam-se, igualmente, na agenda nacional: combate às desigualdades e à precariedade e promoção do trabalho digno, educação, ensino superior, formação ao longo da vida, investigação científica e cultura, saúde e

bem-estar, ambiente e energia, mobilidade, habitação, parentalidade, participação, poder local e regional, regionalização. Nele surge, também, uma referência à Europa e ao Mundo: fortalecimento da Europa, um Mundo mais justo, Cooperação e Instituições Internacionais.

É bem visível uma visão internacionalista dos desafios políticos dos Estados. O atual Secretário-geral da JS refere a necessidade de reformas quanto ao modo de funcionamento da União Europeia e evidencia a globalização de problemas como o desemprego, a educação, as desigualdades, a pobreza e exclusão, as migrações, os direitos humanos, as alterações climáticas, as energias renováveis, muito em linha com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, embora sem os referir.

Relativamente à JS e à formação política dos militantes, é realçada a importância da relação com as organizações internacionais de juventude a que a JS pertence, nomeadamente a Young European Socialistas (YES) e a International Union of Socialist Youth (IUSY). A JS destaca, ainda, a realização de *action days* e *action weeks*, a melhoria de procedimentos administrativos para uma melhor interação com os militantes, uma aposta clara na Academia Socialista e no gabinete de estudos políticos.

João Torres, antecessor de Ivan Gonçalves, na sua moção estratégica "Ninguém Fica para Trás — Juventude em Proximidade", em 2012, já demonstrava sensibilidade para temas globais como o Desenvolvimento Sustentável — "A JS valoriza a importância do crescimento económico, mas recusa que este seja feito à custa do futuro e da qualidade de vida das próximas gerações" — as Relações Internacionais e a Cooperação para o Desenvolvimento — " A JS continuará a defender a causa do povo Saharaui e a divulgar a sua posição junto dos nossos militantes e na sociedade civil portuguesa; (...) A JS vai continuar o seu esforço, con-

juntamente com as suas estruturas políticas congéneres, europeias e internacionais, no sentido de cooperar ativamente em prol da promoção da democracia e da liberdade de expressão no contexto internacional; (...) A JS vai encetar esforços para a realização de um Fórum CPLP de Jovens Socialistas, tendo em vista a promoção de políticas comuns para a juventude, como, por exemplo, a criação de programas de intercâmbio e estágios profissionais." (JS, 2012)

Em 2014, o anterior Secretário-Geral da JS, na sua moção estratégica "À Frente do Nosso Tempo — Juventude em Proximidade" mantém a tónica no Desenvolvimento Sustentável (igualmente mais focado nas questões ambientais) e aborda diferentes propostas em matéria de política externa internacional, sobretudo no que concerne a regiões em conflito.

Juventude Popular

ão foi possível encontrar disponível na internet a moção com que Francisco Rodrigues dos Santos foi eleito no 21º Congresso Nacional da Juventude Popular. Consequentemente, analisou-se o programa apresentado no sítio da internet desta estrutura partidária.

Relativamente aos valores, a Juventude Popular opõe-se "com veemência a todas as violações dos direitos humanos: combatemos a pena de morte e todas as penas criminais degradantes ou desproporcionadas; militamos contra as limitações das liberdades políticas, a desigualdade entre os sexos e a exploração do trabalho infantil."

Quanto à agenda política, a JP evidencia como áreas prioritárias: a saúde, o combate às drogas, soluções de viabilidade da maternidade, os direi-

tos das crianças, a família e matérias de adoção, a segurança e a defesa, a justiça, a educação, inovação, empreendedorismo e investigação e desenvolvimento. Embora neste texto não existam propostas políticas específicas, tal como noutras moções de outras juventudes partidárias, optando-se por seguir mais uma lógica de linha programática, deduz-se que estas sejam essencialmente preocupações de política nacional, embora com ligações claras ao mundo.

Já no domínio de questões globais, a JP refere como principais preocupações: o ambiente, a cultura, a promoção da Língua Portuguesa, a cooperação entre os povos — "(...) O modelo de Europa que a Juventude Popular preconiza, por ser inclusivo, não se desenvolve contra nenhum Estado-Membro nem contra os Estados Unidos. (...) Reconhecemos as responsabilidades históricas de Portugal com África que o passado e a proximidade nos atribuíram; reconhecemos igualmente a legítima aspiração de todos povos à liberdade, à expressão democrática e ao desenvolvimento, bem como os valores fundamentais da solidariedade e da mútua responsabilidade na procura do bem comum. (...) A Juventude Popular é, pois, favorável a uma política de Cooperação Bilateral e Multilateral com o Mundo Lusófono, que assente num modelo de desenvolvimento sustentado e integrado, presidido por objetivos *empowerment* e de fornecimento de competências e que, do mesmo passo, promova um movimento de reencontro fraterno entre os povos. (...) Estamos conscientes da necessidade de reforçar os laços políticos, económicos e culturais na justa autonomia das partes e no respeito pelos direitos humanos. Estamos conscientes de que este reforço na cooperação passa necessariamente por afinar a coordenação efetiva e global da política de cooperação portuguesa e por reconhecer e incentivar o papel das orga-

nizações não governamentais para o desenvolvimento na descentralização da cooperação." (*in* <https://juventudepopular.org>)

Conforme foi possível concluir a partir dos documentos analisados, todas as juventudes partidárias assumem uma perspectiva essencialmente nacional das prioridades políticas, embora todas elas evidenciem desafios que são globais. Não foi detetada qualquer menção ao reconhecimento da importância da Educação para o Desenvolvimento e para a Cidadania Global nem, tão pouco, qualquer referência à agenda global dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Contudo, todas as estruturas referenciam desafios sociais contemporâneos listados nessa mesma agenda.

// Juventudes Partidárias e Cidadania Global à Escala Local: o caso de Loures

À escala local, as diferentes estruturas partidárias de juventude têm modelos de funcionamento diferenciados: algumas elegem representantes nas concelhias (por exemplo, a JSD e a JS) e têm secções locais com atividade regular, outras destacam responsáveis das direções nacionais para o trabalho de base local (Exemplo: JCP).

A equipa de investigação definiu que, para melhor compreender a realidade do município de Loures, e dadas as limitações temporais para a realização do estudo, seriam efetuadas entrevistas semi-estruturadas a todas as juventudes partidárias com assento no Conselho Municipal de Juventude (CMJ) de Loures.

O contacto com estas juventudes foi facilitado, inicialmente, pela Divisão de Desporto e Juventude da Câmara Municipal de Loures, no seguimento da participação da AIDGLOBAL no CMJ, e promovido, posteriormente, pela própria ONGD. Todas as juventudes foram contactadas por *e-mail* e por telefone para conhecerem o projeto “Jovens na Política – Participar para a Cidadania Global” e analisarem formas de colaboração conjunta. Ao telefone, destacou-se a importância da participação no Estudo, referindo-se ser uma das atividades do projeto. A este apelo, responderam os representantes da Juventude Social-Democrata, da Juventude Socia-

lista, da Juventude Popular, da Ecolojovem e dos Jovens do Bloco de Esquerda. No entanto, apenas três organizações — Juventude Social-Democrata, Juventude Socialista e Juventude Popular — se disponibilizaram a participar no estudo. A Juventude Comunista Portuguesa e a Juventude do PCTP/MRPP, por ausência de possibilidade e/ou interesse, não se associaram ao projeto.

Pela ordem em que se apresentam, os três jovens entrevistados de três juventudes partidárias diferentes detinham os seguintes perfis: JSD — portuguesa, sexo feminino, 24 anos, residente em Loures, Secretária-Geral da Concelhia de Loures, mestre em gestão; JS — português, sexo masculino, 31 anos, residente em Loures, representante da JS no Conselho Municipal de Juventude (em conclusão de mandato devido à idade), funcionário da administração local e estudante (a concluir licenciatura); JP — português, sexo masculino, 19 anos, residente em Loures, militante de base responsável pela futura reativação do núcleo da JP de Loures, estudante do 2º ano de Direito na Universidade Católica.

As entrevistas iniciaram-se com o objetivo de compreender se os indivíduos tinham algum domínio dos conceitos a que o projeto da AIDGLOBAL se dedica: ED e ECG. **Foi questionado a cada um dos representantes das juventudes partidárias o que entende por ED na sua estrutura**, tendo-se obtido as seguintes respostas: a representante da JSD referiu que a ED tem a ver com conhecimentos que os jovens devem ter para o seu próprio desenvolvimento pessoal mas também para a sociedade, estando relacionado com o grau de cidadania e participação política e que é importante despertar para os temas da sociedade: migrações, fobias com raça e orientação sexual, feminismo e machismo — "enquadrar os jovens nessas perspetivas é muito importante para os

jovens viverem em sociedade"; o representante da JS referiu que, naquela estrutura, a ED " não é um tema do qual se fala, todos nós pensamos em mecanismos de certa forma ideológicos para as nossas ações nas mais diversas temáticas, mas especificamente falarmos em Educação para o Desenvolvimento, isso não. Há a sensibilidade que cada um pode ter para diferentes temas mas não se pensa arrumado desta forma". Por seu turno, o jovem centrista revelou não saber o que é a ED mas, após uma breve explicação da entrevistadora, afirmou que a JP partilha dos valores da ED, nomeadamente no que diz respeito à dignidade humana e à solidariedade.

Sobre o que se entende por Educação para a Cidadania Global nas juventudes partidárias, a representante da JSD mencionou que a sua estrutura se interessa muito por estas questões e que tinham, mesmo, organizado um mês temático envolvendo a cidadania, o ser-se voluntário e o sistema político nacional e na Europa — "A cidadania global é uma forma de transmitir conhecimento, alertar os jovens para a importância destes temas quando vivemos em sociedade". O representante da JS referiu que "estamos mais focados numa intervenção mais direta e não tanto numa dimensão mais global da cidadania. (...) Não pensamos de forma teórica nisto, é mais exercer. A relação da JS com as suas estruturas europeias e internacionais não é generalizada, há elementos que se preocupam com essas questões, eu próprio já participei em 2 *YES Summer Camp* em PT e na Áustria, mas há militantes que se interessam". Já na JP defendem "que os jovens comecem, desde logo, a participar na política e a terem a noção de que não vivemos isolados numa caixinha. Primeiro que tudo somos cidadãos do mundo, depois europeus e só depois nacionais. Tudo o que nós fazemos tem repercussões no meio em que nos inserimos e consciencializar os jovens que, por exemplo,

quando eu compro uma garrafa de água, isso é política, quando eu vou ao supermercado e não tenho um certo bem de que necessitava, isso é política, e é alguma coisa que está mal e é a sociedade como um todo que tem a culpa disso, não é só uma pessoa. Temos de consciencializar os jovens disso, através de ações nas escolas, que são muito importantes. Também acho que podemos fazer propostas para o parlamento e era essencial uma cadeira de cidadania desde o ensino básico que explicasse como é que as instituições portuguesas e europeias funcionam, dar assim um olhar geral do mundo".

Questionados sobre a Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento, nenhum dos entrevistados revelou conhecê-la, bem como no que se refere à política de cooperação portuguesa. A representante da JSD não mencionou nada que fosse relacionado com essas políticas; o representante da JS afirmou que "aquilo que nós temos em consideração na nossa ação é que as redes e parcerias são fundamentais, mas não sei exatamente qual é o programa de governo. A nível local não debatemos esses temas". Já o representante da JP refere que "não temos esse hábito [de debater questões da cooperação e da ED]. Em relação às migrações é diferente porque têm mais a ver com direitos humanos, com direitos fundamentais que é algo que damos imenso valor porque está muito ligado à doutrina social da igreja — propriedade privada, vida e liberdade. No caso das migrações, afeta logo os três. Temos feito angariação de fundos e mantimentos e ajudadas as associações que se dedicam a isso, divulgando os seus projetos".

À questão "Quando na tua juventude partidária refletem sobre políticas que geram desenvolvimento, quais as principais prioridades que apontam a nível internacional, nacional e local?", a entrevistada

da JSD respondeu: "É importante que a informação venha do internacional para o local e devia ser simplificada, porque os jovens não compreendem". Na JSD dizem focar-se mais nas questões locais e nacionais: educação nas escolas, currículos, orientação dos estudantes quando vão para a faculdade, interioridade, educação cívica, mobilidade, empreendedorismo e, ao nível local, no alargamento do horário da biblioteca de Loures, na isenção de emolumentos de criação de associações juvenis (levaram uma moção à estrutura distrital) e naquilo que o jovem de Loures necessita. Por sua vez, o representante da JS refere que, "no que toca ao desemprego jovem, pensamos nas várias escalas os diferentes mecanismos que podem ser ativados à sua dimensão e fazemos essa distinção quando fazemos propostas nas diferentes escalas". Ao nível local, ele destaca a Loures Inova (Incubadora de Empresas), uma proposta de 2012 que partiu de reivindicações da JS para fazer face ao desemprego. Por seu turno, o militante centrista refere a questão das migrações como tema-chave internacional, nesta altura, sendo que, no plano nacional, sublinha a educação, o investimento público nos sectores estratégicos, o apoio à alavancagem das empresas, a saúde, e, ao nível local, o acesso à saúde, especialmente dos idosos, a qualidade de vida, os impostos e as taxas municipais.

Questionados sobre se têm conhecimento de iniciativas internacionais na área do Desenvolvimento, nenhum dos entrevistados conseguiu dar exemplos, mas todos consideram que, em matéria de Ajuda Pública ao Desenvolvimento, todos os estados-membros devem cumprir com os seus compromissos, mesmo que se encontrem em momentos de maior dificuldade económico-financeira.

Relativamente aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, apenas o representante da JS já tinha ouvido falar, embora não tenha demonstrado conhecimento efetivo sobre os mesmos. Foi a primeira vez que os outros dois inquiridos tiveram conhecimento da nova agenda global. **Relativamente ao papel das Juventudes Partidárias na sua implementação, nomeadamente, ao nível local**, a representante da JSD crê que podem "informar os jovens do que são e depois, talvez, fazer umas conferências, folhetos informativos que mostrem aos jovens o que são e o que se pode fazer, bem como moções para as assembleias municipais e de freguesia". O representante socialista considera que o papel da sua estrutura deve ser, sobretudo, ao nível da "formação de jovens líderes e de futuros decisores políticos. Se algum dia formos chamados a liderar, temos de ter esses objetivos e a necessidade do seu cumprimento presentes". O militante centrista afirmou que "o que temos de fazer é sensibilizar as pessoas. Desde logo, é fundamental sensibilizar os jovens enquanto geração futura para que compreendam o modo como as coisas são, o modo como as coisas estão e como podem vir a estar no futuro. Criar projetos, divulgar projetos que já existam e ajudar a desenvolver projetos que já existem. (...) O novo presidente tem falado muito sobre migrações, temos uma escola de quadros de verão para os militantes onde falamos também sobre questões internacionais".

Quanto à existência do Ano Europeu do Desenvolvimento, em 2015, e ao envolvimento das juventudes partidárias nas diferentes atividades, os três representantes manifestaram total desconhecimento.

Quanto aos desafios mais prioritários para o futuro do mundo (Comissão Europeia, 2015, Eurobarómetro Especial 421, questão QB3), a JSD destacou a educação, o crescimento económico, o emprego e as

desigualdades sociais, a JS referiu a educação, o crescimento económico, o emprego e as desigualdades sociais, a democracia e direitos humanos, a paz e segurança e a JP mencionou a educação, a saúde, o crescimento económico, o emprego e as desigualdades, a democracia e os direitos humanos. Para fazer face a esses desafios, os três representantes locais das juventudes partidárias apontaram várias soluções. A jovem da JSD, afirma que a UE deveria apaziguar-se para vivermos em paz, promover mais o Programa Erasmus e estágios, aumentar a regulamentação relativa às alterações climáticas — "o governo português tem de garantir hospitais em condições, o curso de medicina tem de ser alargado porque temos falta de médicos, as bolsas de estudo do ensino superior não podem continuar em atraso, o emprego e o crescimento económico e garantir medidas que depois sejam aplicadas em cada município. No caso dos Direitos Humanos, tem de fiscalizar e, para o combate à violência doméstica, são necessárias medidas e leis". A nível local, a água e o saneamento tem de ser garantidos pela autarquia. Já a JS considera que é fundamental vincar objetivos internacionais para que se combata as desigualdades entre os Estados-Membros. Refere, ainda, que quanto ao crescimento económico, ao emprego e à educação "estamos no bom caminho com o atual governo" e considera que a água e o saneamento, bem como o crescimento económico local, são da responsabilidade da autarquia. A JP menciona que é preciso investir mais na educação e nos jovens para saberem mais sobre o funcionamento das instituições e da sociedade e que "a Câmara Municipal de Loures, e tenho de dar aqui um ponto positivo ao inimigo, tem diminuído bastante a dívida e apoiado bastante os jovens. O ponto negativo é não darem tanto apoio ao comércio local e à indústria, é preciso investir mais na criação de emprego".

Quanto ao papel das suas juventudes partidárias a nível local relativamente aos desafios do futuro identificados na questão anterior, a entrevistada da JSD encara a possibilidade que poderem apresentar moções, nomeadamente nas áreas da educação, emprego e desigualdades, organizar conferências e jornadas de empreendedorismo, mobilidade e coesão territorial. A jovem militante da JS entende que se devem focar em fazer propostas, pois não são executores, apoiar associações que trabalham com públicos vulneráveis, fazendo recolha de alimentos, por exemplo, em algumas das suas atividades bem como realizar *Action Days* (dias de ação com jovens sobre violência no namoro, refugiados, passe social sub25, propinas, à semelhança do que é feito a nível europeu pela *Young European Socialist*). O representante da JP assume que será ele a reativar a concelhia de Loures e, nesse sentido, deseja desenvolver "uma política de proximidade, ir às escolas falar com os jovens, distribuir *flyers* na rua, fazer campanhas de angariação de fundos para as migrações e crianças desfavorecidas, abaixo assinados para questões de saneamento".

Questionados sobre se a sua juventude partidária está ou esteve envolvida em algum projeto de Educação ou Cooperação para o Desenvolvimento, os três representantes afirmam que não ou que não têm conhecimento disso. Contudo, numa resposta a outra questão, a jovem militante da JSD mencionou que a sua "jota" fez uma campanha nacional de apoio aos refugiados que visou a recolha de bens para enviar para um campo de refugiados na Grécia. Contudo, a concelhia de Loures não se envolveu pois tinha feito uma outra para associações locais, há pouco tempo.

Por fim, **ao serem questionados sobre se a sua juventude partidária está, ou não, a formar líderes políticos capazes de responder aos desafios do desenvolvimento global e que momentos e/ou ações são desenvolvidos nestes espaços que potenciem a sua capacitação a esse nível**, as respostas foram as seguintes: a representante da JSD afirmou que "para além da Universidade de Verão (temas muito diversos, que também incluem temas internacionais e teoria política) tem a Universidade Europa que trata as questões de ser cidadão europeu. Estamos preocupados em perceber porque é que os jovens não se importam com a política e, quando estamos à procura dessas respostas para os jovens também estamos a aprender para nós, por exemplo, quando preparamos atividades para os outros também aprendemos, mas a JSD não nos está a formar, nós somos a JSD, logo, é uma auto-formação". A jovem socialista informou que a JS promove a *YES Summer Camp*, havendo iniciativas concertadas com o PS, existindo diversos fóruns também sobre a Europa e, ainda, fins de semanas temáticos — "(...) nesses momentos, há maior capacitação nesses fóruns, partilha de conhecimento dos militantes nacionais que estudaram e dominam melhor as matérias para os outros. Nas áreas da cooperação não há fóruns, às vezes há uns painéis, por exemplo, sobre a CPLP. (...) Acho que a formação da AIDGLOBAL¹ vai acrescentar valor ao trabalho que a JS faz, permite aprofundar conhecimentos e trocar sensibilidades para esta matéria". A representante da JP disse que existe a Academia Juventude Popular — de militantes mais experientes para militantes menos experientes. "Aquilo que se tenta é educar as pessoas tanto a nível nacional como internacional para representar Portugal, por exemplo, no Parla-

¹ No âmbito do Projeto "Jovens na Política - Participar para a Cidadania Global", a AIDGLOBAL promoveu um curso de formação.

mento Europeu, para serem capazes de discutir grandes questões de fundo, o melhor possível".

// Conclusões e Recomendações

Conforme analisado no capítulo respeitante aos programas políticos das diferentes juventudes partidárias, estas estruturas tendem a assumir uma perspetiva essencialmente nacional das prioridades políticas, embora todas elas demonstrem sensibilidade para desafios que são globais. Não foi possível detetar qualquer menção ao reconhecimento da importância da Educação para o Desenvolvimento e para a Cidadania Global nem, tão pouco, qualquer referência à agenda global dos ODS, embora todas as estruturas refiram desafios contemporâneos listados nessa mesma agenda, designadamente a educação, o emprego, o ambiente, entre outras.

Essa conclusão traduz-se, igualmente, na análise das entrevistas realizadas, embora a amostra seja limitada. Apesar do reconhecimento por parte dos três entrevistados da importância do desenvolvimento da cidadania dos jovens numa perspetiva global, nenhum demonstrou estar inteiramente informado sobre as matérias abordadas nem sobre qual o papel que a sua juventude partidária pode assumir e como. Ao mesmo tempo que a maioria dos programas políticos não referem estas dimensões, os três jovens representantes das juventudes partidárias ao nível local não conhecem a política de Cooperação para o Desenvolvimento portuguesa nem a Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento, não sabem que o Ano Europeu do Desenvolvimento decorreu na Europa em 2015 e desconhecem os ODS. Mesmo assim, foi notória a relevância que os três atribuíram à necessidade da solidariedade entre os povos. A

questão das migrações e refugiados foi mencionada várias vezes tal como a necessidade do desenvolvimento de uma cidadania de olhos postos no mundo, particularmente, na Europa. Também consideram que é compreensível que sejam os militantes com responsabilidades nas estruturas nacionais que mais e melhor consigam aceder a informação e a espaços de participação mais estratégicos no âmbito da dimensão europeia e internacional.

Não coube neste estudo-diagnóstico analisar as razões que levam as juventudes partidárias a não priorizarem a dimensão política global da cidadania, o que pode vir a ser tema de um estudo posterior. Contudo, dado o descontentamento dos cidadãos face à política partidária e as opções feitas pelos jovens de se envolverem noutras estruturas de participação que não os partidos políticos, tem diminuído a sua capacidade de intervenção, obrigando as juventudes partidárias a focarem-se mais na sua organização interna e no recrutamento de militantes — também na sua manutenção — e no apoio direto ao partido, nomeadamente, em época de eleições, que tanto condicionam o funcionamento das estruturas e até das propostas políticas. Porventura, o facto de, a título de exemplo, as últimas moções estratégicas da JS e da JSD estarem, atualmente, tão focadas em prioridades nacionais, terá, também, que ver com a proximidade das eleições autárquicas, constatando-se, pela análise das moções anteriores, que as questões europeias e mundiais são mais referidas em altura de eleições europeias. Como em qualquer organização, estas estruturas partidárias são afetadas pelo contexto externo e por lógicas internas de poder que condicionam e influenciam as suas prioridades.

As juventudes partidárias têm o dever de informar e sensibilizar os jovens para as questões que influenciam as suas vidas e permitir-lhes aceder a espaços formais, não formais e informais de intervenção política, independentemente da necessidade de recrutamento de militantes, que está sempre presente na vida de uma organização política. Põe-se, então, a questão: O que podem as juventudes partidárias fazer, no âmbito da sua missão e dos seus modelos de funcionamento, para aproximar mais os seus militantes e os jovens com quem interagem de uma visão mais alargada do mundo e da *praxis* política?

Como recomendações, que possam servir a diferentes agentes de promoção da ED e da ECG, nomeadamente, às juventudes partidárias e às organizações da sociedade civil, entre outras entidades que com elas se relacionem, apontam-se as seguintes:

- Ler e partilhar informação. Atualmente, as juventudes partidárias têm ao seu dispor ferramentas de comunicação gratuitas que são, na sua maioria, utilizadas pelos jovens. As redes sociais são espaços de convívio mas, igualmente, de partilha de informação e, nesse sentido, podem servir de veículo para fazer chegar a selecionada a um número alargado de jovens. Contudo, é do conhecimento geral que saber ler aquilo que nos chega é algo cada vez mais complexo. É, pois, imperativo que as juventudes partidárias tenham uma atitude responsável na forma como geram e partilham essa informação junto dos jovens. A literacia para os média, tema hoje tão em voga no âmbito da política europeia de juventude, deve nortear a forma como estas estruturas educam os seus jovens para o mundo. A este propósito recomenda-se o manual "Literacia para os

Média e Cidadania Global", editado pelo CIDAC e pela Par – Respostas Sociais no âmbito do projeto Acima da Média;

- Conhecer e analisar as prioridades políticas ao nível da Cooperação para o Desenvolvimento, da Ajuda Pública ao Desenvolvimento e da Educação para o Desenvolvimento/ECG, e os projetos desenvolvidos pelas entidades públicas, nomeadamente autarquias e organizações da sociedade civil;
- Melhorar os espaços de capacitação de militantes, dando especial enfoque a matérias internacionais, partindo da experiência e prioridades políticas nacionais para os desafios globais e vice-versa, envolvendo mais atores da sociedade civil e diversificando o leque de intervenientes que, tipicamente, tendem a ser mais próximos dos círculos políticos formais;
- Integrar temas globais nas Escolas, Academias e Fóruns promovidos pelas juventudes partidárias — a cidadania global é tão importante quanto a local, até porque uma não é hoje possível sem a outra, uma vez que vivemos num mundo altamente interdependente. Se é prioritário discutir a educação ou a saúde em Portugal, porque não discuti-las ao nível global e daí retirar ensinamentos que nos podem servir, também, à escala local e nacional?;
- Introduzir uma abordagem mais global e em maior profundidade, nos Centros e Gabinetes de estudos ou grupos que se dedicam a aprofundar os temas sobre os quais versam as prioridades políticas de cada juventude partidária, de forma a desenvolverem uma maior consciência ideológica e política nos seus militantes;
- Elaborar moções para serem discutidas em encontros locais que, posteriormente, possam ser levadas aos congressos nacionais e integradas nas posições estratégicas das juventudes partidárias. Saber utilizar os espaços e canais de participação e comunicação internos poderá ser um dos

melhores caminhos para provocar a mudança e levar a Educação para a Cidadania Global aos jovens destas estruturas;

- Conhecer e partilhar o trabalho desenvolvido pelas instituições europeias e internacionais que reúnem organizações partidárias de juventude da mesma família política. Fazer chegar essa informação aos respetivos militantes de base de cada juventude partidária não é apenas responsabilidade das direções nacionais, mas também o é dos responsáveis locais e dos próprios militantes que, tendo acesso à internet, podem facilmente conhecer outros jovens com quem têm afinidades políticas. A *Federation of Young European Greens*, a *International Union of Socialist Youth*, a *Young European Socialists*, a *Youth of the European People's Party*, a *Young European Federalists* e a *World Federation of Democratic Youth* são algumas dessas organizações. Estas estruturas têm acesso a espaços de participação internacionais, nomeadamente junto da Organização das Nações Unidas e da União Europeia e desenvolvem documentos políticos e diferentes iniciativas que podem ser facilmente replicáveis e adaptados à realidade de cada país e de cada concelho. Nesse sentido, destaca-se a campanha *#RefugeesWelcome*, promovida pela *Young European Socialists*, que disponibiliza no seu sítio *web* informação sobre a campanha e sobre como participar;
- Identificar na agenda dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis aqueles objetivos que podem ser mais cativantes para desenvolver à escala nacional ou local, tendo em conta as prioridades políticas de cada juventude partidária e das suas estruturas representativas de base local, e criar projetos e/ou campanhas de advocacia social de raiz ou inspiradas por outras experiências de outros jovens de outras partes do mundo. A *Youth4globalgoals.org* poderá servir de inspiração;
- Fazer parcerias com entidades que trabalhem os temas do desenvolvimento. As Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento

poderão ser potenciais parceiras, pese embora a necessidade do devido alinhamento político em matérias de Cooperação para o Desenvolvimento e de agenda internacional. Estudos, projetos educativos, fóruns de discussão e campanhas de advocacia social são algumas das iniciativas que poderão promover em conjunto;

- Desenvolver intercâmbios com partidos congéneres em países em desenvolvimento ou através de cooperação descentralizada com a geminação de cidades;
- Acompanhar as iniciativas e solicitar informações ao Conselho Nacional de Juventude, ao Fórum Europeu de Juventude, ao Fórum da Juventude da Comunidade de Países de Língua Portuguesa e junto da Enviada Especial para a Juventude junto do Secretário Geral das Nações Unidas (bem como junto de todas as agências deste universo que se dedicam aos temas da cidadania global).

Uma das perguntas que guiou este estudo-diagnóstico versava sobre a possibilidade das juventudes partidárias estarem, ou não, a formar futuros políticos devidamente preparados para liderar um mundo com desafios constantes e globalizados. A investigação realizada foi demasiado restrita para se poder afirmar que não, mas as conclusões do estudo apontam para um certo alheamento face aos desafios globais.

Albert Camus dizia-nos que não é possível criar experiência sem se passar por ela. Espera-se, assim, que a atual geração, a quem hoje são permitidas tantas experiências através do desenvolvimento da tecnologia, possa preparar-se melhor para os desafios políticos a que as sociedades contemporâneas estão hoje sujeitas, respondendo aos desafios dos Direitos Humanos, onde quer que eles existam.

// Referências Bibliográficas

AAVV (2003). Mosaico Educativo: Uma Saída do Labirinto – Rede Internacional de Educação para o Desenvolvimento e Educação Popular. Vitória-Gasteiz: Polygone.

AAVV (2015). Emprego, Mobilidade, Política e Lazer: Situações e Atitudes dos Jovens Portugueses numa Perspetiva Comparada. Lisboa: ICS. [Consult. 15 fev. 2017] Disponível em:

http://www.igfse.pt/upload/docs/2015/RoteirosdoFuturo_EstudoJovens2015.pdf

AAVV (2016). Juventudes Partidárias Portuguesas: Que Visão Sobre o Desenvolvimento Global? Working Paper CEsa CSG 144. Lisboa. ISEG. [Consult. 15 dez. 2016] Disponível em:

<https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/11957>

Beck, Ulrich (1992). *Risk Society: Towards a New Modernity*. London: SAGE.

Celorio, Gema y Munain, Alicia López de (coords.) (s/d). Diccionario de Educación para el Desarrollo Vitoria-Gasteiz. Hegoa. [Consult. 15 fev. 2010] Disponível em:

http://pdf2.hegoa.efaber.net/entry/content/158/diccionario_2.pdf

Comissão Europeia (2015). Special Eurobarometer 421: The European Year for development – citizens views on development, cooperation and Aid, Directorate-General for Communication [Consult. 15 nov. 2016]

Disponível em:

<http://ec.europa.eu/COMMFrontOffice/PublicOpinion/index.cfm/Survey/getSurveyDetail/yearFrom/1973/yearTo/2015/surveyKy/2022>

Comissão Europeia (2017). Eurobarómetro Especial 455 - Cidadãos da UE e ajuda ao desenvolvimento. [Consult. 15 jun. 2017] Disponível em https://ec.europa.eu/europeaid/special-eurobarometer-report-eu-citizens-views-development-cooperation-and-aid_en

Comissão Mundial do Ambiente e do Desenvolvimento (WCED, 1987). Our Common Future. Nova Iorque: Nações Unidas.

Conselho Nacional de Juventude. Estatutos. Disponível em <http://www.cnj.pt/wp/estatutos/>

Consenso Europeu sobre o Desenvolvimento: Contributo da Educação para o Desenvolvimento e da Sensibilização (2007). [Consult. 23 mar. 2009] Disponível em:

http://ec.europa.eu/development/icenter/repository/PUBLICATION_CONSENSUS_PT-067-00-00.pdf

Cruz, Manuel Braga da (1991). As Juventudes Partidárias dos Principais Partidos Portugueses". *Análise Social*, vol. XXV (105-106), 1990 (1.º, 2.º), 223-249.

DEEEP (2005). The Future of European Development NGOs and the Role of Development Education. [Consult. 15 jun. 2009] Disponível em http://www.deeep.org/fileadmin/user_upload/downloads/Thematic_dossiers/thematic_dossier.pdf

EACEA, Comissão Europeia (2013). A Participação Política e a Cidadania na União Europeia: perceções e comportamentos dos jovens. [Consult. 23 nov. 2016] Disponível em: <http://eacea.ec.europa.eu/youth/tools/documents/perception-behaviours.pdf>

Ecolojovem "Os Verdes" [Consult. 23 nov. 2016]
Disponível em:
<http://www.osverdes.pt/pages/ecolojovem/apresentacao.php>

Ferreira, Pedro (2012). Dissertação de Mestrado "As Juventudes Partidárias são uma Escola?". Aveiro: Universidade de Aveiro. [Consult. 15 nov. 2016] Disponível em:
<https://ria.ua.pt/bitstream/10773/10926/1/7557.pdf>

Freire, André (coord.) (2001). Recrutamento Parlamentar - Os Deputados Portugueses da Constituinte VIII Legislatura. STAPE. [Consult. 16 nov. 2016] Disponível em:
http://www.dgai.mai.gov.pt/files/conteudos/rec_parl.pdf

Freire, Paulo (1969). Educação como Prática da Liberdade. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.

Freire, Paulo (1977). Educação Política e Conscientização. Lisboa: Sá da Costa Editora, 2ª edição.

Giddens, Anthony (2000). O Mundo na Era da Globalização. Lisboa: Presença.

IPAD (2006). Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa. Lisboa: IPAD.

IPAD (2009). Resultados Candidaturas de Projectos de Educação Para o Desenvolvimento. [Consult. 17 abr. 2009] Disponível em:
http://www.ipad.mne.gov.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=691&Itemid=0

Jornal i (2014). 108 mil jovens estão inscritos em partidos políticos. [Consult. 17 out. 2016] Disponível em <https://ionline.sapo.pt/284214>

Jovens do Bloco de Esquerda (2015). Vencer a Austeridade, Organizar Milhares de Jovens. [Consult. 17 nov. 2016] Disponível em:
http://www.bloco.org/media/mocao_V_confjovens.pdf

Juventude Comunista Portuguesa (2017). Projeto de Resolução "Política Conquistar o Presente Construir o Futuro". [Consult. 12 mai. 2017] Disponível em <http://www.jcp.pt/le-e-participa-na-discussao-do-projecto-de-resolucao-politica-do-11o-congresso/>

Juventude Popular. [Consult. 12 nov. 2016] Disponível em:
<https://juventudepopular.org>

Juventude Socialista (2012). Moção Global de Estratégia "Ninguém Fica para Trás - Juventude em Proximidade" [Consult. 11 mai. 2017] Disponível em:

http://juventudesocialista.pt/juventudesocialista/wp-content/uploads/2014/10/MOCAO_GLOBAL ESTRATEGIA.pdf

Juventude Socialista (2016). Moção Global de Estratégia "Do Lado Certo da História - Por um Futuro com Direitos". [Consult. 12 mai. 2017] Disponível em:

<https://juventudesocialista.pt/juventudesocialista/wp-content/uploads/2016/11/MGE-16-final.pdf>

Juventude Social Democrata (2014). Moção de Estratégia Global Portugal Nas Tuas Mãos. [Consult. 12 mai. 2017] Disponível em:

http://www.cms.jsd.pt/upload_files/client_id_1/website_id_1/Mocao%20Estrategia%20Global/Portugal%20nas%20Tuas%20Maos%20-%20Simao%20Ribeiro.pdf

Juventude Social Democrata (2016). Moção de Estratégia Global Direito ao Futuro. [Consult. 12 mai. 2017] Disponível em:

http://www.cms.jsd.pt/upload_files/client_id_1/website_id_1/Mocao%20Estrategia%20Global/mocao%20final%20-%20direito%20ao%20futuro.pdf

Lei n.º 6/2012, de 10/02. Conselhos Municipais de Juventude. [Consult. 12 mai. 2017] Disponível em:

http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1624&tabela=leis

Lopes, Joana (2010). Dissertação de Mestrado "A Educação para o Desenvolvimento:

o Potencial do Voluntariado para a Cooperação". Lisboa: ISCTE-IUL.

Magalhães, P. e Moral, J., (2008). Os Jovens e a Política, Um estudo realizado para a Presidência da República pelo CESOP. [Consult. 17 abr. 2017]

Disponível online em:

http://www.presidencia.pt/archive/doc/Os_jovens_e_a_politica.pdf

Mesa, Manuela (2005). Evolution and Future Challenges of Development Education. Valência: Centro de Investigación para la Paz. [Consult. 8 jun. 2009]

Disponível em:

http://www.cipresearch.fuhem.es/pazyseguridad/docs/Evolution_and_challenges_of_education_Manuela.pdf

Ministérios dos Negócios Estrangeiros e da Educação (2009). Despacho n.º 25931/2009 – Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (2010-2015) [Consult. 21 abr. 2010] Disponível em:

<http://www.ipad.mne.gov.pt/images/stories/noticias/ened%20-%20despacho.pdf>

Panorama (2015). JS lidera top de militantes das jotas ultrapassando a JSD.

[Consult. 21 abr. 2017] Disponível em:

<http://opanorama.pt/2015/09/03/js-lidera-top-de-militantes-das-jotas-ultrapassando-a-jsd/>

Plataforma Portuguesa das ONGD (2002). 2ª Escola de Outono de ED.

Plataforma Portuguesa das ONGD (2006). *Cooperação para o Desenvolvimento e a Opinião Pública em Portugal*. Lisboa: Plataforma Portuguesa das ONGD.

POR DATA (2017). *Retrato dos Jovens*. Fundação Francisco Manuel dos Santos. Disponível em [Consult. 5 mai. 2017]

<https://www.pordata.pt/Site/PortraitEdit.aspx?DatabaseName=Municipios&Year=2016&PortraitName=Retrato+dos+Jovens&PortraitId=47&>

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (1990). *Relatório de Desenvolvimento Humano*. New York: Oxford University Press. [Consult. 8 jun. 2009] Disponível em:

http://hdr.undp.org/en/media/hdr_1990_en_front.pdf

Santos, Boaventura S. (2001). *Globalização: Fatalidade ou Utopia?*. Porto: Ed. Afrontamento.

Sen, Amartya (1999). *O Desenvolvimento como Liberdade*. Lisboa: Gradi-va.

UNESCO (1974). *Recommendation concerning Education for International Understanding, Co-operation and Peace and Education relating to Human Rights and Fundamental Freedoms*. [Consult. 17 jun. 2009] Disponível em:

http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID=13088&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html

UNESCO (2015). *Educação para a Cidadania Global. A Abordagem da UNESCO*. [Consult. 17 abr. 2017] Disponível em

[http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/FIELD/Brasilia/pdf/b
rz_ed_global_citizenchip_brochure_pt_2015.pdf](http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/FIELD/Brasilia/pdf/b
rz_ed_global_citizenchip_brochure_pt_2015.pdf)

UNRIC. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. [Consult. 15 jun.
2017]

[http://www.unric.org/pt/objetivos-de-desenvolvimento-
sustentavel/31973-objetivo-4-educacao-de-qualidade](http://www.unric.org/pt/objetivos-de-desenvolvimento-
sustentavel/31973-objetivo-4-educacao-de-qualidade)

// ANEXO 1

Guião de Entrevista Semi-estruturada

(Guião criado a partir da reflexão interna do próprio projeto, mas igualmente com o apoio do Eurobarómetro intitulado "O Ano Europeu do Desenvolvimento – As Opiniões dos Cidadãos sobre Desenvolvimento, Cooperação e Ajuda", fev. 2016 e do Focus Group do estudo "JUVENITUDES PARTIDÁRIAS PORTUGUESAS: QUE VISÃO SOBRE O DESENVOLVIMENTO GLOBAL?" 2016 de Inês SANTOS; Sara Peres DIAS e Luís MAH)

Nome:

Juventude Partidária:

Função:

Idade:

Localidade:

Habilitações Literárias:

Nacionalidade:

1. O que entendem por educação para o desenvolvimento na juventude partidária que representas?
2. O que entendem por educação para a cidadania global na juventude partidária que representas?
3. Na tua juventude partidária, têm conhecimento da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento? Se sim, qual a vossa perspetiva sobre ela? Já se envolveram em algum momento?

4. Estão familiarizados com o programa do atual governo para a Cooperação Portuguesa? O que destacam desta estratégia?

5. Quando na tua juventude partidária refletem sobre políticas que geram desenvolvimento, quais as principais prioridades que apontam?

5.1 A nível internacional.

5.2 A nível nacional.

5.3 A nível local.

6. Têm conhecimento de iniciativas internacionais na área do Desenvolvimento? Quais?

7. A UE (a Comissão Europeia e os Estados-Membros) comprometeu-se a aumentar o seu nível de ajuda aos países em vias de desenvolvimento. Dada a atual situação económica, qual das seguintes afirmações melhor descreve a tua opinião?

a) Devemos aumentar a ajuda aos países em vias de desenvolvimento para além daquilo que já foi prometido. b) Devemos manter a nossa promessa de aumentar a ajuda aos países em desenvolvimento.

c) Não devemos aumentar os níveis da ajuda aos países em desenvolvimento, mesmo que tal tenha sido prometido.

d) Devemos reduzir a ajuda, pois já não podemos suportá-la.

e) Não sei.

8. Consideras que existe uma relação entre o combate à pobreza e a possibilidade de um mundo mais pacífico e de igualdade? E, à escala local, em que medida podemos ter comunidades mais pacíficas, se o combate à pobreza for uma prioridade?

9. Sabes o que são os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável?
10. Que papel devem ter as Juventudes Partidárias na sua implementação, nomeadamente ao nível local?
11. Sabias que em 2015 se celebrou o ano europeu para o Desenvolvimento? Estiveram envolvidos ou promoveram alguma ação?
12. Quais dos seguintes desafios a tua juventude partidária considera serem os mais urgentes para o futuro do mundo? Paz e segurança, saúde, educação, água e saneamento, crescimento económico, emprego e desigualdades sociais, democracia e direitos humanos, segurança alimentar e agricultura, migrações, proteção do ambiente e alterações climáticas.
13. O que pode ser feito para responder a estes desafios?
- 13.1 Por parte da UE.
- 13.2 Por parte do governo português.
- 13.3 Pela CMLoures.
- 13.4 Pela tua juventude partidária, nomeadamente, a nível local. (O que já fez e o que pretende fazer)
14. Já estiveram ou estão envolvidos em algum projeto de cooperação e/ou educação para o desenvolvimento? Qual?
15. Qual consideras ser o contributo efetivo da tua juventude partidária, nomeadamente a nível local, na promoção e implementação da Educação para o Desenvolvimento?

16. Em que medida entendes que a tua juventude partidária está, ou não, a formar líderes políticos capazes de responder aos desafios do desenvolvimento global? Que momentos e/ou ações são desenvolvidos nestes espaços, que potenciem a vossa capacitação, a esse nível?

Projeto:



Promotor:



Cofinanciador:



Parceiros:

